

Claudio Carneiro

PROCESSO TRIBUTÁRIO Administrativo e Judicial

6ª edição

2019

saraiva **jur**



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva 

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducação.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção Ana Paula Santos Matos

Consultoria acadêmica Munilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Manlia Cordeiro

Fernando Penteado (coord.)
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Diagramação e revisão Casa de Ideias

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Corprint

ISBN 978-85-53604-68-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carneiro, Claudio

Processo tributário : administrativo e judicial /
Claudio Carneiro. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,
2019.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3.
Processo administrativo tributário 4. Processo judicial
tributário 5. Tributos - Teoria I. Título.

18-1493

CDU 347.9:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo tributário : Direito 347.9:336.2

Data de fechamento da edição: 18-3-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605348 CAE 630757

Sumário

<i>Prefácio</i>	19
<i>Apresentação à 2ª edição</i>	21
<i>Nota à 6ª edição</i>	23
<i>Nota à 5ª edição</i>	25
<i>Nota à 4ª edição</i>	27
<i>Nota à 3ª edição</i>	29
Capítulo 1 – Aspectos Gerais do Processo Tributário -----	31
1. Introdução	31
2. Processo e procedimento.....	32
3. Princípios aplicáveis ao processo.....	34
3.1. Princípios constitucionais	35
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário	35
3.1.2. Princípios relacionados às garantias fundamentais.....	35
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública	36
3.1.4. Princípios relacionados ao processo.....	36
3.2. Princípios infraconstitucionais relacionados ao processo	37
3.3. Princípios específicos do Processo Administrativo Fiscal	37
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em juízo para discutir decisão administrativa irreformável.....	45
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites	47
3.5.1. Limites temporais	47
3.5.2. Limites objetivos	48
3.6. Princípios que norteiam o lançamento.....	48

4.2.3.1. Da competência	99
4.2.3.2. Do julgamento	100
4.2.4. Recurso voluntário ou de ofício	100
4.2.5. Julgamento em segunda instância	102
4.2.5.1. Do lançamento para impedir a decadência	103
4.2.5.2. Da competência	104
4.2.5.3. Da intimação do procurador da Fazenda Nacional	105
4.2.6. Recurso especial	106
4.2.7. Modelos de Impugnação	109
4.2.8. Modelos de Recurso Voluntário (Âmbito Federal)	113
4.2.9. Modelo de Recurso Especial	116
4.2.10. Inconstitucionalidade do depósito recursal e do arrolamento administrativo	117
4.3. Outros aspectos do Decreto n. 70.235/72.	120
4.4. A suspensão da fluência dos juros	132
5. O processo administrativo estadual	134
5.1. Avocatória	135
6. O processo administrativo municipal	136
7. Arrolamento administrativo de bens e direitos	138
8. Arrolamento sumário	141
Capítulo 3 – Processo Judicial Tributário -----	147
1. Breves considerações	147
2. As tutelas provisórias em matéria tributária	147
2.1. Tutela de evidência	149
2.2. A tutela de urgência	150
2.2.1. Efeitos da sua concessão	150
2.2.1.1. Efeito suspensivo	151
2.2.1.2. Suspensão da prescrição	156
2.3. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	158
2.4. Efeitos da cassação da liminar	163
2.5. Concessão de tutela provisória em outras ações judiciais	164
2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada	165

2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade	169
2.8. Possibilidade de concessão de tutela de urgência antes da contestação . .	172
2.9. Uniformização da disciplina da tutela de urgência.	173
2.10. Possibilidade de concessão de tutela provisória em caráter incidente ou antecedente.	174
3. Comentários ao art. 170-A do CTN	175
4. Ações exacionais.	176
4.1. Execução fiscal	176
4.1.1. Evolução histórica da cobrança judicial do crédito.	176
4.1.2. A execução fiscal e a Lei n. 11.382/2006	178
4.1.3. Principais aspectos da execução fiscal.	178
4.1.3.1. Legitimação ativa.	180
4.1.3.2. Legitimação passiva e o redirecionamento da execução fiscal.	182
4.1.3.3. Inscrição em dívida ativa e recusa de CND	183
4.1.3.4. Termo de inscrição e substituição da CDA	188
4.1.3.5. Cancelamento da inscrição em dívida ativa.	190
4.1.3.6. Presunção relativa da regularidade da inscrição	190
4.1.3.7. Garantia prestada por terceiro	191
4.1.3.8. Possibilidade de terceiro nomear bens.	192
4.1.3.9. Remição	192
4.1.3.10. Execução por carta.	193
4.1.3.11. Prova de fato negativo.	194
4.1.3.12. A Lei de Falências e Recuperação Judicial (n. 11.101/2005).	195
4.1.3.13. Da penhora <i>on-line</i> e do arresto	197
4.1.3.14. Exceções	201
4.1.3.15. Intimação das partes	201
4.1.3.16. Reunião dos processos e competência para julgamento. .	202
4.1.3.17. Da citação.	204
4.1.3.17.1. Citação pelo correio.	207
4.1.3.17.2. Citação do ausente.	209
4.1.3.17.3. Hipótese em que o executado não é localizado.	209
4.1.3.18. Litisconsórcio e procuradores distintos	212

4.1.3.19.	Extinção de execução fiscal de pequeno valor e a autonomia do ente federativo	213
4.1.3.20.	Protesto da Certidão de Dívida Ativa	215
4.1.3.21.	Prazo prescricional quinquenal para a cobrança de créditos tributários excluídos do Refis.	217
4.1.3.22.	Nulidade e ausência de suspensão da execução fiscal após a morte de devedor coobrigado	220
4.1.3.23.	Interrupção da prescrição retroativa à propositura da execução fiscal	220
4.1.3.24.	Processo eletrônico e LEF	222
4.1.3.25.	Averbação Pré-executória	223
4.1.4.	Participação do Ministério Público na execução fiscal e na ação civil pública em matéria tributária	224
4.1.5.	Cobrança de crédito tributário na falência e na recuperação judicial	227
4.2.	Medida cautelar fiscal	241
4.2.1.	Modelo de Ação Cautelar Fiscal	243
4.2.2.	Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal	244
5.	Ações antiexacionais	246
5.1.	Embargos à execução	246
5.1.1.	Natureza jurídica dos embargos	248
5.1.2.	Efeito suspensivo dos embargos	249
5.1.3.	Substituição dos bens, fraude à execução fiscal, sucessão empresarial e a responsabilidade dos sócios	255
5.1.4.	Alienação antecipada	261
5.1.5.	Edital de arrematação	262
5.1.6.	Do lugar do leilão	263
5.1.6.1.	Comissão do leiloeiro e demais despesas	263
5.1.6.2.	Da hipótese do segundo leilão	263
5.1.6.3.	Conceito de preço vil	264
5.1.6.4.	Reavaliação dos bens penhorados em execução fiscal	264
5.1.6.5.	Validade da arrematação em processo de execução	264
5.1.7.	Garantia do juízo e objeção de pré-executividade	265
5.1.8.	Avaliação dos bens e a respectiva impugnação	267
5.1.9.	Do prazo para oposição dos embargos	268

5.1.10. Impugnação aos embargos	269
5.1.11. Da penhora e do arresto	270
5.1.11.1. A ordem da penhora estabelecida no art. 11 da LEF.....	271
5.1.11.2. Penhora de títulos da dívida pública.....	274
5.1.11.3. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora	275
5.1.11.4. Da importância da intimação da penhora	277
5.1.11.5. Intimação do cônjuge se a penhora recair sobre bens imóveis.....	279
5.1.11.6. Bem de família e a regra da impenhorabilidade	281
5.1.12. Embargos de terceiro e adquirente de boa-fé.....	283
5.1.13. Desistência dos embargos e honorários.....	284
5.1.14. Embargos e garantia parcial	285
5.1.15. Modelo de Embargos à Execução.....	286
5.2. Objeção de pré-executividade ou exceção de pré-executividade	288
5.2.1. Conceito	288
5.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade	290
5.2.3. Aspectos processuais.....	292
5.2.4. Honorários e sucumbência.....	295
5.2.5. Modelo de Objeção de Pré-executividade.....	296
5.3. Mandado de segurança individual.....	299
5.3.1. Histórico e disciplina normativa	299
5.3.2. A discussão quanto ao mandado de segurança “preventivo”, “repressivo” e “contra lei em tese”.....	300
5.3.3. Impossibilidade de dilação probatória	304
5.3.4. Objeto e cabimento	304
5.3.5. Hipóteses de impossibilidade do mandado de segurança e principais súmulas do STF e do STJ.....	306
5.3.6. Prazo	307
5.3.7. Legitimação.....	309
5.3.7.1. Legitimação ativa.....	309
5.3.7.2. Legitimação passiva.....	310
5.3.7.2.1. Autoridade coatora	312
5.3.8. Liminar	317
5.3.8.1. Natureza da liminar em mandado de segurança.....	319

5.3.8.2. Vedação para a concessão de liminar	320
5.3.8.3. Liminar e depósito	320
5.3.8.4. Liminar em mandado de segurança preventivo e possibilidade de lançamento	322
5.3.8.5. Suspensão da liminar e suspensão de segurança	323
5.3.8.6. Da decisão que conceder ou denegar a medida liminar e da sentença	325
5.3.8.7. Liminar e compensação de tributos	327
5.3.9. Efeitos (suspensivo e devolutivo) e coisa julgada	328
5.3.10. Análise da Súmula 239 do STF	331
5.3.11. Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual	332
5.3.12. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança	342
5.4. Mandado de segurança coletivo	344
5.5. Ação cautelar	346
5.5.1. Ação cautelar de caução	347
5.6. Ação monitória	348
5.7. Ação de consignação em pagamento	349
5.7.1. Fundamento legal	349
5.7.2. Cabimento	350
5.7.3. Legitimação ativa e passiva	355
5.7.4. Efeitos	357
5.7.5. Hipótese de consignação administrativa	358
5.7.6. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento	359
5.8. Ação declaratória	361
5.8.1. Objeto	362
5.8.2. Distinção entre a ação declaratória negativa e a constitutiva negativa	364
5.8.3. Legitimação	364
5.8.4. Execução da sentença declaratória	365
5.8.5. Efeitos da coisa julgada na ação declaratória	366
5.8.6. Consequências da ação declaratória no processo administrativo	368
5.8.7. Valor da Causa	369
5.8.8. Modelo de Ação Declaratória	369

5.9. Ação anulatória.....	372
5.9.1. Objeto.....	372
5.9.2. Ação anulatória “clássica” e a ação anulatória do art. 169 do CTN..	373
5.9.3. Legitimidade.....	374
5.9.4. O depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória.....	375
5.9.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória.....	376
5.9.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal.....	376
5.9.7. Prescrição.....	380
5.9.8. Modelo de Ação Anulatória.....	382
5.10. Ação de repetição de indébito.....	384
5.10.1. Objeto.....	385
5.10.2. Formas de repetir o indébito.....	387
5.10.3. Repetição de indébito e compensação.....	389
5.10.4. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tributário.....	391
5.10.5. Compensação entre tributo e multa.....	395
5.10.6. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária.....	395
5.10.7. Legitimação.....	402
5.10.7.1. Ativa.....	402
5.10.7.2. Passiva.....	406
5.10.8. Prescrição e a extinção da “Tese dos 5 + 5”.....	407
5.10.9. Repetição de tributos inconstitucionais.....	409
5.10.10. Valor da restituição.....	410
5.10.11. Efeitos da sentença.....	415
5.10.12. Requisitos para a devolução.....	416
5.10.13. Comentários ao art. 170-A do CTN.....	417
5.10.14. Comentários ao art. 169 do CTN.....	418
5.10.15. Modelo de Ação de Repetição de Indébito.....	420
6. Ação rescisória.....	422
6.1. Análise da Súmula 343 do STF.....	425
6.2. Do prazo.....	429

7. Juizados Especiais de Fazenda Pública e Juizado Especial Federal	432
7.1. Modelo de Petição Junto ao Juizado Especial Federal	440
Capítulo 4 – Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência -----	443
1. Introdução	443
2. Ação civil pública	444
3. Mandado de segurança	445
4. Mandado de injunção e <i>habeas data</i>	445
5. Ação popular	445
6. O controle de constitucionalidade no Brasil	447
6.1. Formas de inconstitucionalidade	447
6.2. Formas de controle	448
6.3. Espécies	448
6.4. Natureza da decisão	452
7. A súmula vinculante do STF	453
Capítulo 5 – Prescrição e Decadência -----	457
1. Breves considerações	457
2. Decadência	459
2.1. Regra geral: art. 173, I, do CTN	459
2.2. Art. 173, II, do CTN	461
2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN	462
2.4. Art. 150, § 4º, do CTN	463
2.4.1. Não ocorrendo pagamento	464
2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado	464
2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação	465
3. Prescrição	466
3.1. Suspensão e interrupção da prescrição	468
3.2. A prescrição intercorrente no Direito Tributário	470
3.3. Prazo prescricional tributário e a Declaração de Inconstitucionalidade pelo STF	473
Referências Bibliográficas -----	475
ANEXOS -----	481

I.	Quadros sinóticos de elaboração de peças processuais: questões processuais importantes	481
II.	Modelos de Recursos	496
1.	Agravo de Instrumento	496
1.1.	Petição ao juízo <i>a quo</i> informando da interposição do Agravo de Instrumento.	497
2.	Embargos declaratórios.	498
3.	Apelação	499
4.	Recurso especial.	501
5.	Recurso extraordinário	503

Capítulo 2 - Prescrição e Decadência		
1.	Princípios conceituais	477
2.	Prescrição	478
2.1.	Regra geral, art. 171, I, do CTN	479
2.2.	Art. 173, II, do CTN	481
2.3.	Art. 173, parágrafo único, do CTN	482
2.4.	Art. 170, § 2º, do CTN	483
2.5.	Quando ocorre o pagamento	484
2.6.	Quando ocorre o pagamento antecipado	484
2.7.	Quando ocorre a simulação	487
3.	Prescrição	488
3.1.	Suspensão e interrupção da prescrição	488
3.2.	A prescrição intercorrente no Distrito Federal	470
3.3.	Regra processual tributária e a Prescrição	473
3.4.	Inconstitucionalidade pelo STF	473

Referências Bibliográficas		

ANEXOS		